

**Marcio Senra
(Organizador)**

Temas de Direitos Fundamentais

Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Reis Novais

**Com os tributos prestados pelo Diretor da Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa, Professor Catedrático Eduardo Vera-Cruz
Pinto, e pelo seu Decano, Professor Catedrático Jorge Miranda**



**AA FDL
EDITORA**

Lisboa | 2024

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	i
QUALIFICAÇÃO DAS AUTORAS E DOS AUTORES.....	xv
TRIBUTO DO DIRETOR DA FDUL	xix
TRIBUTO DO DECANO DA FDUL.....	xxiii
PREFÁCIO.....	xxv
SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS NESTA OBRA.....	xxxix

A Carência de Planos de Assistência à Saúde e a Limitação de Internamento de Pacientes1

Carolina Tavares Vieira Félix.....1

1. INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA	2
2. CARÊNCIA DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E LIMITAÇÃO DO PERÍODO DE INTERNAMENTO UM PANORAMA CONCEITUAL E LEGISLATIVO	6
2.1. Conceito e delimitação do instituto.....	6
2.2. Justificativa da carência e da limitação do período de internamento	8
2.3. Previsões normativas	11
2.3.1. Lei nº 9.656/1998.....	12
2.3.2. Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.....	15
2.3.3. Resolução do Conselho de Saúde Suplementar – CONSU nº 13/1998 ...	17
3. CARÊNCIA DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E LIMITAÇÃO DE INTERNAMENTO DE PACIENTES À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	19
3.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.931/DF.....	19
3.2. Análise de jurisprudência.....	22
3.2.1. Recurso Especial (REsp) nº 466.667-SP.....	22
3.2.2. Recurso Especial (REsp) nº 251.024-SP	24
3.2.3. Agravo em Recurso Especial (AREsp) nº 1.404.710-PA	27
3.3. Carência dos planos de saúde no contexto da pandemia por COVID-19	28
4. DIREITOS FUNDAMENTAIS ENVOLVIDOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA	34
4.1. Direitos Fundamentais identificados no conflito.....	34
4.1.1. Direito à saúde e direito à vida – instrumentos normativos nacionais e internacionais de direitos fundamentais/humanos.....	34

Temas de Direitos Fundamentais

Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Reis Novais

4.1.2. Liberdade contratual e autonomia da vontade.....	40
4.2. A dignidade da pessoa humana aplicada à saúde privada.....	41
4.3. Uma situação hipotética: como ela seria resolvida à luz de duas teorias.....	45
4.3.1. Situação-problema hipotética.....	45
4.3.2. Reflexões acerca da resolução do conflito considerando a teoria da aplicabilidade direta ou imediata.....	47
4.3.3. Reflexões acerca da resolução do conflito considerando-se a teoria dos deveres de proteção.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
6.1. Livros.....	56
6.2. Artigos.....	57
6.3. Dispositivos jurídicos.....	57
6.4. Decisões judiciais.....	61
6.5. Documentos oficiais.....	63
6.6. Matérias de jornais, revistas e outros informativos colhidos da Internet.....	64

Da recusa à transfusão de sangue por Testemunhas de Jeová: análise comparativa dos conflitos vertical e horizontal de direitos fundamentais.....67

Filipo Bruno Silva Amorim.....67

1. INTRODUÇÃO.....	68
2. PROTEÇÃO JUSFUNDAMENTAL À VIDA E À LIBERDADE DE CRENÇA RELIGIOSA: HÁ DIREITOS ABSOLUTOS?	72
2.1. Previsões das Constituições brasileira e portuguesa	72
2.2. A dupla dimensão dos direitos fundamentais.....	76
2.3. Há direitos fundamentais absolutos?.....	80
3. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AS DIFERENTES PERSPECTIVAS DE UM MESMO PROBLEMA — CONFLITO VERTICAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	88
3.1. Dignidade da pessoa humana como elemento importante na análise do caso.....	88
3.2. Conflito entre direitos fundamentais de um mesmo titular e a situação do menor de idade e dos deficientes.....	94
3.2.1. Conflito entre direitos fundamentais de um mesmo titular	94
3.2.2. Conflito de direitos fundamentais envolvendo menores de idade e pessoas deficientes.....	97

3.3.	Conflito vertical de direitos fundamentais: particular <i>versus</i> Estado	101
4.	CONFLITO HORIZONTAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	114
4.1.	Teoria da aplicação direta ou imediata dos Direitos Fundamentais	117
4.2.	Teoria da aplicação indireta ou mediata dos Direitos Fundamentais	125
4.3.	Teoria dos Deveres de Proteção.....	129
4.4.	Dos deveres de proteção das entidades privadas	135
4.5.	Da aplicação das três teorias ao caso da transfusão de sangue em Testemunhas de Jeová.....	143
4.5.1.	Da transfusão de sangue na teoria da aplicabilidade direta ou imediata	145
4.5.2.	Da transfusão de sangue na teoria da aplicabilidade indireta ou mediata ...	147
4.5.3.	Da transfusão de sangue na teoria dos deveres de proteção	149
5.	CONCLUSÕES.....	154
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
6.1.	Livros.....	161
6.2.	Teses e Dissertações	164
6.3.	Pareceres Jurídicos	164
6.4.	Artigos	165
6.5.	Dispositivos jurídicos	168
6.6.	Decisões judiciais	170

Direitos fundamentais nas relações entre particulares: análise de decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro e seus fundamentos..... 173

Gercino Gerson Gomes Neto..... 173

1.	INTRODUÇÃO	175
2.	DIREITOS FUNDAMENTAIS A SEREM ANALISADOS BREVE CONCEITUAÇÃO	178
2.1.	Considerações Iniciais	178
2.2.	Direito ao Contraditório	179
2.3.	Direito à Ampla Defesa	183
2.4.	Direito ao Devido Processo Legal	184
2.5.	Autonomia Privada	186
3.	DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES	190
3.1.	Considerações iniciais	190
3.2.	A Tese da Aplicabilidade Direta dos Direitos Fundamentais na Doutrina Brasileira e na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	198

Temas de Direitos Fundamentais

Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Reis Novais

3.2.1.	Considerações iniciais	198
3.3.	Doutrina brasileira sobre a aplicabilidade direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares	200
3.4.	Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicabilidade direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.....	208
3.4.1.	Recurso Extraordinário (RE) nº 160.222-8/RJ	208
3.4.2.	Recurso Extraordinário (RE) nº 158.215-4/RS	210
3.4.3.	Recurso Extraordinário (RE) nº 161.243-6/DF	212
3.4.4.	Recurso Extraordinário (RE) nº 175.161-4/SP.....	217
4.	DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES NA VISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE) nº 201.819-8/RJ	222
4.1.	Considerações Iniciais.....	222
4.2.	Vinculação direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares e a decisão do STF no Recurso Extraordinário (RE) nº 201.819-8/RJ direito ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa <i>versus</i> autonomia privada	223
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	246
6.1.	Livros.....	246
6.2.	Teses e Dissertações	247
6.3.	Artigos.....	247
6.4.	Dispositivos jurídicos	248
6.5.	Decisões judiciais.....	249

O advento da teoria da aplicabilidade direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares no Brasil.....253

Lizane Guerra253

1.	INTRODUÇÃO	254
2.	A APLICABILIDADE DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	260
2.1.	A Constituinte	265
2.2.	Anteprojetos do processo constituinte.....	270
2.3.	Sugestões e Emendas.....	278
2.4.	Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos	289

2.5.	Considerações.....	290
3.	A APLICABILIDADE DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES NA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA	293
3.1.	No Supremo Tribunal Federal	294
3.2.	Em outros tribunais	310
3.2.1.	No Superior Tribunal de Justiça	312
3.2.2.	No Tribunal Superior do Trabalho.....	317
3.2.3.	Nos demais tribunais	319
3.3.	Considerações.....	322
4.	A APLICABILIDADE DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES NA DOUTRINA BRASILEIRA	325
4.1.	A doutrina sobre “ <i>Drittwirkung</i> ”	326
4.4.	O Direito Civil Constitucional	342
4.3.	Considerações.....	356
5.	CONCLUSÃO.....	358
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	362
6.1.	Livros.....	362
6.2.	Teses e Dissertações	365
6.3.	Artigos.....	366
6.4.	Dispositivos jurídicos	373
6.5.	Decisões judiciais	376
6.6.	Documentos oficiais	379
6.7.	Matérias de jornais, revistas e outros informativos colhidos da Internet.....	387
	ANEXO.....	388

Os déficits da proibição do déficit..... 391

Marcio Senra.....391

1.	INTRODUÇÃO.....	392
2.	O PROBLEMA E SUA ATUALIDADE	396
2.1.	Apresentação do problema	396
2.2.	Atualidade da discussão	396
3.	A NATUREZA JURÍDICA DA PROIBIÇÃO DO DÉFICIT	400
4.	ALGUMAS PERPLEXIDADES SOBRE A EFICÁCIA DA PROIBIÇÃO DO DÉFICIT.....	447
5.	AS ALTERNATIVAS DA PROIBIÇÃO DO DÉFICIT	473
6.	CONCLUSÃO: OS DÉFICITS DA PROIBIÇÃO DO DÉFICIT	476
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	476

Temas de Direitos Fundamentais

Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Reis Novais

7.1.	Livros.....	476
7.2.	Teses e Dissertações	481
7.3.	Artigos	481
7.4.	Dispositivos jurídicos	484
7.5.	Decisões judiciais	486
7.6.	Documentos oficiais	489
7.7.	Matérias de jornais, revistas e outros informativos colhidos da Internet	490

Utilização de sátiras no contexto religioso: uma análise do conflito entre liberdade de expressão e liberdade religiosa a partir da teoria dos deveres de proteção do Estado.....493

Mariana W. Cabral Monteiro da Franca493

1.	INTRODUÇÃO.....	494
2.	LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	500
2.1.	Nenhum direito é absoluto	500
2.2.	Liberdade de expressão como meio e não como um fim em si.....	507
2.3.	Limites expressos à liberdade de expressão: proibição de proferir discursos de ódio (“ <i>hate speeches</i> ”) contra religião.....	512
3.	MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS OFENSIVAS REVESTIDAS DE HUMOR.....	517
3.1.	Discurso satírico como uma opinião do autor	520
3.2.	Manto protetor do humor: uma arma eficaz de ataque.....	522
3.3.	Humor ofensivo com a fé é admissível?	524
4.	O DEVER DE PROTEÇÃO DO ESTADO EM CASO DE MANIFESTAÇÃO SATÍRICA OFENSIVA CONTRA RELIGIÃO	529
4.1.	Violação à liberdade religiosa e necessária proteção estatal	530
4.2.	Mínimo de proteção: o equilíbrio entre a proteção insuficiente do direito à liberdade religiosa e a restrição excessiva à liberdade de expressão	553
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	566
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	570
6.1.	Livros.....	570
6.2.	Artigos.....	572
6.3.	Dispositivos jurídicos	574
6.4.	Decisões judiciais	577
6.5.	Documentos oficiais	579

Temas de Direitos Fundamentais

Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Reis Novais

5.1.	A questão da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares	631
5.2.	A decisão da terceirização da atividade-fim no Supremo Tribunal Federal brasileiro e a influência da teoria da eficácia imediata dos direitos fundamentais	635
5.3.	Reformulação da decisão do STF, sob a luz dos deveres de proteção e controle da proibição da insuficiência	646
6.	CONCLUSÃO	668
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	672
7.1.	Livros.....	672
7.2.	Artigos.....	676
7.3.	Dispositivos jurídicos	678
7.4.	Decisões judiciais	678
7.7.	Documentos oficiais	680
7.8.	Matérias de jornais, revistas e outros informativos colhidos da Internet	681